

A antiga Sé da Bahia: uma referência para a arte luso-brasileira

Eugénio de Ávila LINS *

Introdução

Falar sobre a antiga Sé da Bahia será sempre um tema actual e desafiador para novas investigações, tanto no que se refere as questões da sua demolição efectuada em 1933 – já abordado pelo Prof. Fernando da Rocha Peres, na sua obra “*Memórias da Sé*” – quanto no que toca à sua construção; principalmente nos aspectos que envolvem a história da arte luso-brasileira. No que se refere a sua demolição o citado autor sinaliza e nos direcciona a novas abordagens sobre as questões que envolvem a preservação dos bens culturais a partir do século XX no Brasil. Já no que diz respeito aos aspectos da construção e conservação física do edifício, foco desta comunicação, este nos coloca inúmeros desafios para investigação que, à medida que forem sendo esclarecidos, acreditamos que trarão uma grande contribuição à história da arte.

A primeira Sé da Bahia, construída quando da chegada de Tomé de Souza a Bahia de Todos os Santos em 1549, para construção da cidade do Salvador (sede do primeiro Governo Geral do Brasil), localizava-se dentro do primeiro recinto murado da cidade fortaleza, onde actualmente está localizada a igreja de Nossa Senhora da Ajuda. Levantada em taipa e coberta de palha, como foram muitas das edificações construídas no primeiro momento de implantação da cidade.

A criação da diocese da Bahia, em 1551, implicou na vinda do primeiro arcebispo – D. Pero Fernandes Sardinha, em 1522 – e na nomeação dos demais cargos do bispado que deveriam ser exercidos na respectiva Sé. Tal fato ocasionou a construção de uma nova edificação, maior e com capacidade de atender as necessidades dessa nova estrutura religiosa/administrativa. Para tanto, ainda em 1551, o rei Dom João III, recomendava ao Governador Geral do Brasil que as obras da dita Sé fossem realizadas com a maior brevidade possível, de modo a permitir que os Ofícios Divinos pudessem ser nela celebrados. (PERES, 1999, p. 66)

A nova edificação vai ser construída fora do primeiro perímetro fortificado da cidade, em área de expansão da sua malha urbana onde também será edifi-

* Bolsista CAPES/Brasília – Professor de História da Arquitectura da FAUBa.

cado o colégio dos Jesuítas mas, pouco tempo depois esta área também será amuralhada. O início da construção da nova edificação se dará ainda no governo de Tomé de Souza, mas a data de sua conclusão é imprecisa e em 1570, o governador de Mem de Sá, atribui a seu encargo a obra da Sé, relatando que a tinha executado em pedra e cal, com planta de três naves. (PERES, 1999, p. 68)

No início do século XVII, devido ao mau estado de conservação da edificação, o governador Gaspar de Souza (1612-1617) reunido na Sé com os Oficiais da Fazenda, Desembargadores e profissionais de construção, chegam a discutir a conveniência de demolir ou concertar e ampliar o velho templo. A documentação aponta que a primeira proposta é a que foi adoptada, sendo construído um novo edifício no mesmo sítio, e com a mesma situação anterior, com seu frontispício voltado para a Baía de Todos os Santos, a cavaleiro do mar, mas com uma planta de uma única nave.

Durante a invasão holandesa de 1624, a Sé, como muitos dos templos religiosos, foi ocupada e transformada em ponto de defesa. Quando da reconquista da cidade em 1625, pelas tropas espanholas o edifício sofrerá inúmeros danos. O quadro *“Sitio y empresa da la Ciudad de Salvador en la Baya de Todos Santos...”* (VALLADARES, 1991, p. 101-102) comemorativo da chegada e vitória de D. Fadrique de Toledo Osorio, contra os holandeses que ocupavam a cidade, retracta a Sé como um templo de porte significativo – se comparado aos demais existentes na cidade – com uma única torre e o seu adro sendo utilizado como terrapleno para a defesa da cidade.

A continuação da luta contra os holandeses em outras áreas do território brasileiro e o pouco apreço que o governo Espanhol dava as questões relativas ao Brasil, fez com que, durante os 10 anos subsequentes a Sé diocesana permanesse vaga. Em 1634 chega a cidade do Salvador o 7º Bispo do Brasil, Dom Pedro da Silva e Sampaio, que entretanto só três anos depois toma iniciativa de implementar algumas obras na igreja: *“O seo zelo se deo avez no inçavel disvelo, com que faltando o dinheiro que Sua Magestade mandava dar as obras da Sé se resolveo com o Cabido em 3 de Outubro de 1637 que as obras se fizesem com esmo-las dos Fieis pois estava neste tempo a Sé de ripa, e barro indignamente”*. (Caldas, 1951, p.31)

Pode-se observar que as informações às vezes são controversas, pela citação acima, o edifício da Sé em 1634 ainda era uma construção de taipa, o que contraria as outras informações colocadas no texto. Oito anos após a solução de buscar ajuda dos fiéis, em 1645, o referido Prelado recorre ainda aos préstimo da autoridade real para execução das obras da Sé.

O fato é que, no Brasil, as estruturas arquitectónicas religiosas até a primeira metade do século XVII, eram de pequenas dimensões e de uma maneira geral construídas com materiais pouco duráveis. Os grandes investimentos tanto público como privados até meados do século XVII, estavam voltados para a implantação do sistema de defesa do território, haja vista as inúmeras tentativas de invasões realizadas por nações inimigas da Coroa Portuguesa, e para a implementação da produção do açúcar na área rural, que era a grande fonte de riqueza.

Após a capitulação dos holandeses em Pernambuco (1654), verifica-se paulatinamente a substituição das antigas estruturas arquitectónicas por novos e grandes edifícios. Em Salvador isto vai se verificar com todas as Ordens Religiosas instaladas: jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas. Acredita-se que a sede do Bispado não fugira a regra. A partir dessa época o templo da primeira metade do século XVII, também será substituído por outro construído com materiais mais nobres, e com dimensões tão avantajadas quanto as das novas igrejas conventuais. A data de início e da conclusão da nova igreja assim como a autoria do risco, são até o momento desconhecidas.

A construção e conservação da igreja da segunda metade do século XVII até a sua demolição no século XX continua suscitando questões que merecem ser abordadas com base em uma revisão bibliográfica do que já foi escrito sobre a mesma e em face de novos dados documentais. Três questões serão tratadas neste texto: duas estão referenciadas na obra de German Bazin, *“Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil”*, dizem respeito a tipologia e a conclusão da edificação; a terceira diz respeito a pintura do forro da Sé, tema tratado por Carlos Ott em *“História das Artes Plásticas na Bahia (1550-1900)”*, não impedindo, porém, que outros fatos apareçam como consequência lógica de um trabalho de investigação.

A Tipologia do Edifício

Tratando da primeira questão, a análise do risco da igreja na obra de Bazin é imprecisa, em razão de que a planta que lhe serve de base contém várias incorrecções que distorcem a leitura tipológica do edifício. Estas incorrecções são visíveis especialmente no que se refere a localização das portas laterais a nave, número de altares, circulação entre as capelas laterais, abertura da capelas situadas no cruzeiro, à projecção do coro e aos cómodos laterais à capela mor.

Apesar da autoria desconhecida, acredita-se que o risco da Sé – pela grandeza do edifício, pela importância que tinha enquanto representação física do braço administrativo/religioso da Coroa e também pelo controle que esta exercia nas questões relativas a construção e conservação do templo, como atestam os documentos – tenha sido elaborado na metrópole por um importante arquitecto. A planta da Sé (Figs. 01 e 02), segue o protótipo dos edifícios religiosos portugueses do século XVII. No Brasil, mais especificamente, esse modelo encontra bastante similaridade com os templos construídos a partir da segunda metade do mesmo século, por exemplo a igreja dos Colégio do jesuítas e em alguns aspectos ao templo dos beneditinos, ambos localizados em Salvador.

A Sé Metropolitana, construída a partir de então, possuía nave única bastante espaçosa, a maior da cidade do Salvador, com 168 palmos de comprimento e 75 palmos de largura, com cruzeiro de altura limitada a cornija real e duas sacristias que ladeavam a capela mor (Fig. 07) Na área da nave ¹ o alçado

¹ “Nave única, com cruzeiro de altura limitada à cornija, tendo em cada lado quatro capelas (não comunicantes), encimadas por tribunas, e a capela-mor cercada por duas capelas quadradas, das quais uma se abre para o cruzeiro.” In BAZIN, s/d, p. 122-123.

desdobra-se em dois pavimentos: o primeiro está dividido lateralmente em cinco pares de vãos, dos quais seis são capelas profundas intercomunicantes (Fig. 08), dois servem de acessos laterais à igreja através de grandes portais, nos dois últimos estão localizados dois pequenos pórticos, um de acesso ao baptistério e outro a uma pequena capela. Nestas áreas estavam localizadas também as escadas que levavam ao pavimento superior. No segundo, encontravam-se as galerias que davam acesso ao coro, com suas tribunas, sendo que na galeria do lado do evangelho estava localizada a capela do arcebispado, interligada ao Paço Arquiepiscopal através de um passadiço. Os vãos do primeiro andar (capelas e acessos laterais) articulavam-se à nave por meio de grandes arcos plenos sobre quais corria uma cornija saliente, na qual estavam assentados os balcões das tribunas.

O cruzeiro possuía profundidade até os limites laterais da igreja e sua largura era um pouco inferior à da capela mor. Nas suas extremidades, além dos altares, observavam-se aberturas circulares, bastante altas, para a iluminação do espaço. Aí também estavam localizadas as portas de acesso aos púlpitos e as sacristias, e os vãos de acesso às duas capelas colaterais à capela mor, que possuíam profundidades diferentes. O alçado do cruzeiro do lado das capelas colaterais à capela mor, estava dividido em dois pavimentos, no primeiro, os arcos plenos das capelas e no segundo, as galerias com suas tribunas, porém com nível inferior às da nave. Estas possuíam uma particularidade: as suas ombreiras em cantaria eram ricamente trabalhadas em *guilhoche*.

A capela mor (Fig. 07), era limitada pela parede situada ao fundo do templo, com largura, comprimento e pé direito inferiores aos da nave, articulando-se com a mesma por meio do arco cruzeiro. O alçado da capela mor desdobra-se em dois pisos: o primeiro com uma pequena porta do lado da epístola, que servia de ligação a uma das sacristias, no segundo estão localizadas as tribunas, com nível inferior às do cruzeiro, apoiadas em uma saliente cornija, que demarca fortemente os dois pisos. As áreas onde estavam localizadas as sacristias, possuíam diferentemente do restante da igreja três pavimentos.

A composição externa da edificação é marcada por elementos significativos: nas fachadas laterais encontravam-se monumentais portais em cantaria que configuravam os acessos laterais à igreja, sendo que na fachada voltada para norte, localizava-se um dos “Passos da Paixão”, que fazia parte de um conjunto de capelas processionais distribuídas por vários pontos da cidade. Na actualidade, desse conjunto, só permaneceu o localizado no “Solar do Paço do Saldanha”, actual Liceu de Artes e Ofícios da Bahia.

No que se refere ao frontispício da Sé, como é colocado por Bazin (BAZIN, s/d, p. 135-136), a única fonte mais detalhada que se tem é a reconstituição elaborada por Vilhena (VILHENA, 1969, p.) em 1801 (fig. 03), com base no que restou da demolição da fachada do edifício e dos remanescentes da cantaria que então se encontravam no adro da igreja. Trata-se de uma ilustração pouco precisa, onde – ao compará-la com as fotos existentes dos remanescentes do mesmo frontispício – chama a atenção as incorrecções na representação de seus diversos elementos, como, por exemplo, os vãos do pórtico principal do templo

que constam do referido desenho estão totalmente subdimensionados, os vãos superiores não correspondem aos remanescentes registrados nas fotos antigas, como também elementos decorativos em cantaria presentes nas mesmas fotografias, não são representados na mesma ilustração. Diante desses fatos, uma análise mais precisa do frontispício da igreja fica prejudicada (Figs. 05 e 06).

Conclusão do Edifício

Quanto a segunda questão que se refere a conclusão da igreja, é conveniente ponderar as afirmações de German Bazin ao afirmar que “... *cujas obras jamais foram concluídas.*” (BAZIN, s/d, p. 122) Normalmente, no Brasil, as construções religiosas, na sua grande maioria, levavam às vezes décadas, quando não séculos, para serem totalmente concluídas. No caso particular da Sé, há um agravante, tudo faz crer que por razões construtivas, a edificação, desde o início apresentava grandes problemas de conservação. Isto fazia com que ao mesmo tempo que se efectivavam as obras de conclusão de algumas partes do edifício, outras áreas do templo já se encontrassem quase em ruínas. Os registros documentais indicam que tanto se solicitava recursos para a conclusão da obra, quanto para os reparos necessários nas áreas ou elementos deteriorados. Como veremos a seguir, a estrutura arquitectónica do templo ficou concluída até o início do século XVIII, enquanto que os elementos artísticos integrados (retábulos, pisos, forros, etc) foram terminados, na sua maior parte, até o final da terceira década do referido século:

- Em 1671, o Rei passa alvará ao Bispo do Brasil, para que este fosse superintendente das obras e que a mesma fosse continuada com a aplicação de duzentos mil reis, por ano da Fazenda Real e também com as esmolas dos fiéis. (PERES, 1999, p.76)
- O Conselho Ultramarino, em 1688, relata ao Rei que, as paredes da capela mor, cruzeiro e corpo da igreja, estavam concluídas e cobertas, sendo então dado início ao forro da capela mor. (AHU, códice 252, fl.121-121v)
- No período de 1689 a 1690, os documentos do Conselho Ultramarino dão conta de que estava concluído o forro da capela mor, já tinha sido iniciado o do cruzeiro e que se pretendia dar início ao do corpo da igreja. Estava concluída também a estante do coro seguindo o modelo das cadeiras e a ornamentação da sacristia, que já se encontrava em uso. (AHU, códice 252, fl. 133-133v e fl. 142-142v)
- Ainda em 1690, o Conselho Ultramarino relata ao Rei que o “Arcebispo Governador do Brasil” tinha dado conta das providências para reedificação do templo e para evitar o arruinamento que estava se antevendo, ao tempo que comunicava o alto custo da obra, principalmente a do frontispício. O mesmo também informava que tinha usado os seus proventos em execução de retábulos, ornamentos e com calafates. (DH, 1950, p. 168)
- No período de 1698 a 1699, várias correspondências do Conselho Ultramarino, para o Arcebispo da Bahia e para o Provedor da Fazenda,

dão conta do envio do lajeado para pavimentação da igreja, da pia baptismal e das de água benta para a porta principal e para as travessas. (AHU, código 246, fls. 82v, 100v, 102v e 111)

- Em 1707, se realiza o Sínodo da Bahia, pelo Arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide do qual resultará “As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, este se desenrolará na igreja da Sé, com todo o cerimonial que requeria este momento, contando com a presença de numerosa assistência.
- O Conselho Ultramarino em carta ao Governador Geral do Estado do Brasil, em 1710, acusa o recebimento da certidão do Tenente General Engenheiro Miguel Pereira da Costa, sobre as ruínas das fortificações da cidade, constando também que o Engenheiro Antônio Rodrigues Ribeiro tinha mandado “*aludir promptamente a ruyna do frontispicio, e torre da see*”. (AHU, código 246, fl. 273-273v)
- O Bispo Metropolitano do Brasil em 1728, em representação feita ao Rei, coloca as questões relativas aos recursos financeiros para continuação das obras da Sé e pontua os trabalhos executados e necessários para a conservação do templo, tais como: o assentamento do órgão e da base com varanda de talha, executada por um oficial perito; a necessidade de recuperar-se os sobrados da torre, que estavam destruídos para a colocação do relógio; do levantamento de um muro na ladeira que está a porta principal da igreja, para segurança e acomodação do cemitério; da retirada de um monturo que estava localizado a porta da Sé, provocando mau cheiro, imundices e péssima visão aos Cônegos quando estes estavam no coro; da retirada de raízes do frontispício de uma árvore chamada Gameleira – espécie de árvore característica dos trópicos – que provocava o arruinamento do mesmo. Conclui o relato dizendo que o retábulo do altar mor tinha sido realizado por seu predecessor Dom Frei Manoel da Ressurreição e o douramento do forro da capela mor e do corpo da igreja e seus acessórios, havia sido executado por conta da esmola de alguns devotos. (Silva, 1919, p. 107, vol. 5)

Diante do exposto, como nos referimos anteriormente no texto, constata-se que a igreja da Sé, ao final da terceira década do século XVIII, já estava praticamente concluída. Os problemas que advinham da sua conservação correm paralelo aos trabalhos de termino do templo, com o agravante neste caso, de que o processo de degradação física será cada vez mais rápido e constante.

Dom João V, em 1739, ordena em carta ao Provedor Mor da Fazenda Real da Bahia, por em lanço as obras que são necessárias para a manutenção da Sé, para que se evite o seu arruinamento, tendo em vista que o mesmo Provedor em carta do ano anterior, dava conta que se achava arruinado o madeiramento dos telhados da referida igreja. (AHU, código 249, fls. 179v-180)

Em 1761, o rei Dom José em carta ao Vice-Rei do Brasil, relata que o Conde Marcos de Noronha, que era o Vice-Rei em 1757, lhe deu conta da ruína em que se achava a torre dos sinos do lado sul da Sé e mencionava a ameaça que

esta provocava a Santa Casa da Misericórdia e ao seu hospital (fig. 04). E este, em função do grave risco de desabamento, mandou o Provedor Mor da Fazenda Real proceder vistoria nos campanários do templo, retirando-lhe os sinos e procedendo a demolição da torre que estava arruinada até a “...*simalha real, por ser esta torre que podia causar ruína aos edificios circunvizinhos...*” (AHU, códice 250, fl. 239). Determinou também o Conde ao Provedor que colocasse em praça o serviço de desmancho da torre, para que fosse arrematado pelo menor preço.

Sua Alteza, ouvindo sobre a matéria o Procurador da Fazenda, determina que seja realizada planta do adro e da torre, de forma decente e correspondente ao edifício da Sé, conforme a demolida e que se colocasse a pregão. Do projecto proposto executou-se a muralha de sustentação da encosta e do adro. (AHU, códice 250, fl. 239)

Com a expulsão dos jesuítas, a igreja do referido Colégio fica sem ocupação. O Rei, em carta de outubro de 1765 ao Arcebispo da Bahia, oferece o referido templo e todas as suas alfaia e ornamentos para se celebrarem os Ofícios Divinos interinamente em quanto a Sé não fosse reedificada das ruínas em que se achava. Proposição aceita e que se tornará permanente, favorecendo o des-caso das autoridades com o templo. (AHU, códice 604, fls. 08v-10)

Luis Vilhena, em suas “Cartas de 1802”, nos dá um dos relatos mais preciso sobre a Sé e seu estado de degradação física, ao final do século XVIII. “*Era a sua frontaria tôda de pedra do país, lavrada, e ornada de colunas retorcidas, com duas e esbeltas tôres, tôdas da mesma pedra, situada no cimo da montanha, com portas para o Ocidente, cuja figura era, a que verás na estampa junta. Destas tôres se arruinou a da parte do Sul, e algumas poucas pedras do frontispício, e isto por gemer a sua base instável debaixo de tão enorme pêso.*” (VILHENA, 1968, p. 67) Para evitar e conter os possíveis danos que o arruinamento da torre e frontispício ocasionariam, fazendo correr a terra da encosta, a Coroa fez enormes gastos no levantamento de uma grossa muralha na encosta, que após concluída não resistiu, vindo a romper-se. O desmoronamento da muralha ocasionou a demolição das duas torres e da maior parte da área de cantaria do frontispício. Segundo Vilhena, alguns engenheiros asseguravam que a demolição seria desnecessária, caso algumas providências tivessem sido tomadas anteriormente. Figurava por exemplo entre as providências, a substituição das pedras rompidas na parede do frontispício, que não eram muitas.

Um dos mais significativos relatos sobre o abandono da Sé adivém de Dom Pedro II, quando de sua viagem ao “Norte do Brasil” em 1851, quando registra em seu diário: “*A Sé Velha é um templo mais magnifico do que a Catedral (75). Tem, além de capela-mor, cujos ornatos de talha se gasta a pequena consignação da província, quando o telhado ameaçava ruína, oito capelas laterais ou altares fundos, quatro de cada lado, e mais uma pequena capela ou altar fundo que abre na primeira lateral da esquerda, e onde está agora o Sacramento. ...Mostraram-me o altar da Sra. da Fé (80) onde orava o Padre Antônio Vieira quando adolescentes e sentira estalarem-lhe os miolos como me disse o cônego vigário, ficando depois com o grande talento que teve.*” (DOM PEDRO II, 1959, p. 62)

O forro da Sé

A terceira questão relacionada á pintura do forro da nave da Sé, já referenciada no texto de forma sucinta, está totalmente vinculada a construção do templo e ao papel que o Estado Português tinha no controle das edificações que estavam directamente vinculadas a sua estrutura administrativa.

Em outubro de 1689, o Conselho Ultramarino comunica ao Rei, que o Provedor da Fazenda do Estado do Brasil, Francisco Lomberto, em carta de 6 de julho do presente ano, da conta de como o Chantre da Sé da Bahia se empregará com muito cuidado e desvelo em dar comprimento as suas obrigações, que em menos de dois anos tinha concluído o forro da capela mor com muita perfeição e que já na semana santa se celebraram nela os Ofícios Divinos. Tomando conhecimento, o Chantre da ordem do Rei, para continuar em preto o forro do cruzeiro e do corpo da igreja, este lhe fora comunicar que já tinha dado início ao forro do cruzeiro semelhante ao da capela mor, tendo em vista o madeiramento do mesmo ter sido feito da mesma forma que o da referida capela. O Conselho recomenda ao Rei, não “*cortar-se o animo e a devoção*” do referido benfeitor, porque ele queria tomar por sua conta toda a despesa referente a diferença entre o forro liso que se tinha avaliado e o forro de talha que já executava. Quanto ao forro do corpo da igreja o benfeitor o faria liso, porque queria pintá-lo e dourá-lo, também a sua custa e para isto lhe viera um “*pintor insigne de Roma*”, e que o Provedor tinha plena confiança, no referido Chantre, pelo muito já realizado, inclusive outras obras interiores como: as cadeiras do coro e o presbitério da capela mor correspondendo as obras do forro. (AHU, códice 252, fl. 133v)

Em outubro de 1690, o Conselho Ultramarino passando ordens à Bahia acerca das obras da Sé, considerando a resolução do Rei, relata que em carta de julho do referido ano, o Provedor Mor da Fazenda Real, Francisco Lomberto, tinha escrito ao Rei, comunicando que o Chantre tinha realizado diversas obras tais como: o forro do cruzeiro da mesma talha que a do forro da capela mor, a estante do coro seguindo o modelo das cadeiras e finalizado a ornamentação da sacristia que já servia aos capitulares, tudo isto por sua conta. Querendo o Chantre continuar o forro da nave liso para pintar em perspectiva, lhe advertira que não parecia ser conveniente pintar-se e dourar-se o dito forro, tendo em vista não se encontrar dourado os da capela mor e o do cruzeiro, já que estes se encontravam concluídos e muitos vistosos mesmo sem o douramento. E que provavelmente continuariam assim em razão da falta de recursos financeiros pelo declínio do “*vallor dos fructos do Brazil, parecia melhor mandar continuar o forro do corpo da Igreja com molduras bem relevantes, que se repartissem em paineis na forma da obra do forro da Igreja de Nossa Senhora do Loretto desta Corte, e que o custo destas molduras podia applicar o que queria gastar na pintura, e ouro sendo lizo o forro, como era o da Igreja de São Roque desta cidade, que ao ditto Chantre lhe parecera bem o arbitrio delle Provedor, e lhe pedira desse conta a Vossa Magestade, ...*”. (AHU, códice 252, fl. 142v)

O Procurador da Fazenda, atendendo a um pedido de vistas do Conselho, responde que em razão do exposto, melhor seria que se fizesse o corpo da

igreja como parecia ao Provedor Mor, e que fazendo o Chantre desta forma se desse por satisfeita sua obrigação. A decisão do Procurador é acatada pelo Conselho.

O historiador Carlos Ott, em sua obra já citada, (Ott, s/d, vol. 3, p.) constrói com partes dos dados acima, um argumento de que não foram os pintores portugueses que introduziram a pintura ilusionista no Brasil, mas sim um italiano em 1690, e não estando ainda concluída a abóbada de berço da nave da Sé, o pintor italiano teria ido trabalhar para os jesuítas, executando em perspectiva o forro da biblioteca ². Carlos Ott confessa no livro, que chegou a esta conclusão baseado apenas na observação da pintura dos jesuítas, e prossegue afirmando que depois de concluído os trabalhos, o pintor de Roma executa a pintura em perspectiva do forro da nave da Sé, sendo este destruído no final do século XIX.

As afirmações do citado historiador são totalmente infundadas: em primeiro lugar o documento de outubro de 1690, relata claramente que o Chantre acata as ponderações feita pelo Provedor Mor quanto a forma de execução do forro da nave; em segundo, Vilhenas em suas “Cartas”, quando se refere aos “Edifícios Nobres” faz a seguinte descrição: *“É a Sé Catedral um grande templo de uma só nave, com as capelas laterais muito fundas, e por isso escuras, e tôda ela de gôsto antigo. O seu teto era de madeira, e apainelado todo com muito boas pinturas, e porque ameaçava ruína, se apeou êste ano; pelo que ficou bem pouco difere de uma grande armazém.”* (VILHENA, 1969, p. 67)

A pintura do forro da Sé nos traz a luz questões importantes sobre a história da arte luso brasileira, tais como o habito de se pintar os forros de preto até que houvesse condições matérias para se tratar do *“seu ornato, e de aperfeiçoar em outra forma.”* (AHU, códice 261, fl. 133) Uma das questões que emerge desses dados nos da conta da importância e do papel que as estruturas de poder da Coroa tinham nas definições dos elementos construtivos e artísticos das edificações executadas no além mar, mesmo que as vezes fosse por razões econômicas. Fica evidenciado o conhecimento que seus componentes tinham da arquitetura e das artes em geral. Outro aspecto que aflora, diz respeito a um discurso consolidado, segundo o qual, as novidades artísticas da metrópole chegavam ao Brasil com grande defasagem de tempo. Constata-se que, se a pintura em perspectiva em grandes forros não aconteceu na Bahia antes de meados do século XVIII, não foi por falta de conhecimento, mas provavelmente por razões de ordem financeira mais do que técnica.

O edifício da Sé, a partir do final do século XVIII até a sua demolição em 1933, foi aos poucos caindo no descaso das autoridades civis e eclesiásticas; ficando apenas quase exclusivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, esta realizando uma serie de obras de manutenção, reformas e acréscimos, como por exemplo a substituição de alguns retábulos primitivos, o da capela do santíssimo em finais do século XVIII, os do cruzeiro em meados do XIX e o

² A pintura do forro da biblioteca do colégio dos jesuítas, é atribuída por Robert Smith a Antônio Simões Ribeiro, que a teria executado entre 1735 e 1755 (VALLADARES, 1991, p. 200). Por outro lado, a documentação consultada não indica a atuação de nenhum pintor italiano nesse mesmo período, em Salvador.

da capela mor em torno de 1870. Desta maneira, procurava a Irmandade actualizar ou modernizar conforme o gosto de sua época. Quando da demolição do referido templo, ainda resistiam com algumas pequenas alterações os retábulos primitivos em “estilo nacional” das capelas laterais da nave, executados nas primeiras década do século XVIII. (fig. 08)

A antiga Sé da Bahia, apesar de não mais existir fisicamente, torna-se cada vez mais um símbolo actual do património nacional brasileiro, na medida em que a sua existência se faz presente em qualquer trabalho de investigação da história política, religiosa e artística luso-brasileira. Os fragmentos da ‘Sé material’, espalhados em museus, depósitos e colecções particulares são hoje o testemunho da capacidade humana de construção e algumas vezes da destruição da sua própria memória.

Bibliografia

- BAZIN, Germain – *Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Record, s.d. 2 vols.
- CALDAS, José Antônio Caldas. *Notícia Geral de Toda esta Capitania da Bahia desde o seu Descobrimento até o Presente Ano de 1759*. Salvador. Ed. Fac-Similar, Typografia Beneditina, 1951.
- DOM PEDRO II – *Diário da Viagem ao Norte do Brasil*, Salvador, Livraria Progresso Editora, 1959.
- FREIRE, Luiz Alberto Freire. *Tradição e Modernidade nos Retábulos Mores das Igrejas Soteropolitanas*. Lisboa, CNCDP, 2000. In Portugal/Brasil/Portugal: duas faces de uma realidade artística.
- MELLO, Magno Moraes. *A pintura de tectos em perspectiva no Portugal de D. João V*. Lisboa, Estampa. 1998.
- OTT, Carlos – *História das Artes Plásticas na Bahia (1550-1900)*. Salvador, Alfa Gráfica e Editora Ltda. s.d. 3 vols.
- PERES, Fernando da Rocha – *Memórias da Sé, Salvador*, Secretaria da Cultura e Turismo do Estado, 1999.
- SILVA, Inacio Accioli de Cerqueira. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Anot. Braz do Amaral, Salvador, Imprensa Oficial, 1919. 6 vols.
- VALLADARES, Clarival do Prado. *Norteste Histórico e Monumental*. Bahia, Odebrecht S.A., 1991. Vol. IV.
- VERGER, Pierre – *Notícias da Bahia – 1850*, Salvador, Currupio, 1981.
- VILHENA, Luis dos Santos – *A Bahia no Século XVIII*, vols., Salvador, Itapuã, Coleção Baiana, 1969.
- ALBUM. *A Sé Primordial do Brasil, 1553-1928*, Salvador, 1928.
- DH – DOCUMENTOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1950. Vol. 89.

Fontes Manuscritas

- AHU – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Lisboa.
- CEAB/FAUBa. – CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITECTURA DA BAHIA, FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

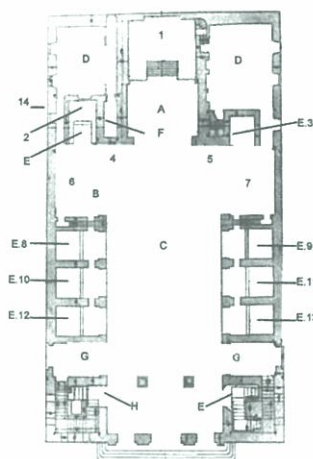


Fig. 1 – Planta baixa / Pav. térreo
Fonte: Arquivo CEAB / FAUFBa.



Fig. 2 – Planta baixa / 1º Pavimento
Fonte: Arquivo CEAB / FAUFBa.



Fig. 3 – Frontispício
Fonte: Villena

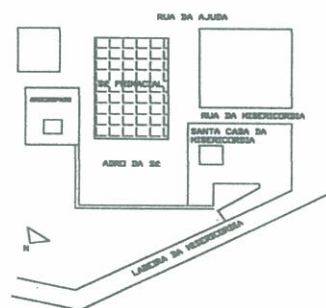


Fig. 4 – Localização
Fonte: Arquivo CEAB / FAUFBa.

LEGENDA

A – Capela Mor
B – Cruzeiro
C – Nave
D – Sacristia
E – Capela
F – Caixa Forte
G – Acesso lateral
H – Batistério
I – Coro
J – Capela do Arcebispo
L – Passadiço
M – Tribuna
N – Tribuna da capela Mor

Identificação dos altares na época da demolição (álbum 1928).

1. Altar Mor (1870)
2. Altar Mor do Santíssimo (final do século XVIII).
3. Altar de São Miguel (Início do século XIX).
4. Altar de N.S. da Fé ou das Maravilhas (meados do século XIX).
5. Altar de Santa Ana (meados do século XIX).
6. Altar de N.S. das Dores (meados do século XIX).
7. Altar de N.S. do Parto (meados do século XIX).
8. Altar de N.S. do Horto (Início do século XVIII).
9. Altar do S. Coração de Maria (Início do século XVIII).
10. Altar de N.S. de Guadalupe (Início do século XVIII).
11. Altar de Santa Cruz (Início do século XVIII).
12. Altar de N. S. do Ressuscitado (Início do século XVIII).
13. Altar de N.S. do Valle (Início do século XVIII).
14. Passo da Paixão.

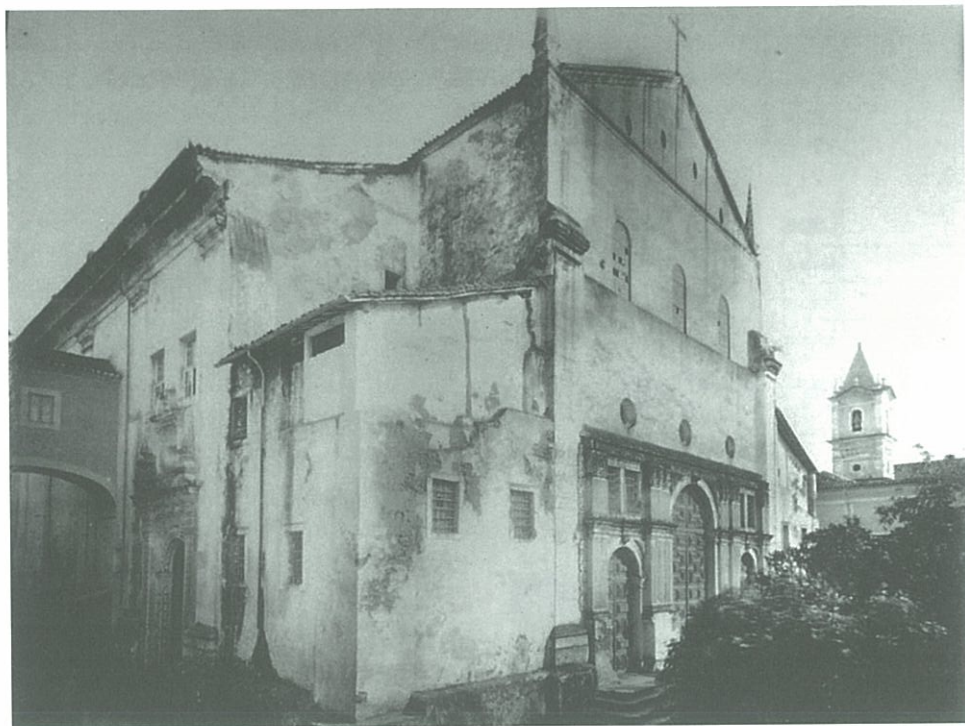


Fig.05 – “Fachada da Catedral da Sé” - (Álbum, 1928)



Fig. 06 – “Escadaria e Porta Principal” - (Álbum, 1928)



Fig.07 – “Vista da Nave Central” - (Álbum, 1928)



Fig. 08 – “Altar de N.S. no Horto”
- (Álbum, 1928)

